

# Relatório sobre o Orçamento aprovado por unanimidade

BRASÍLIA — Mesmo sem acordo sobre a questão mais polêmica do Orçamento — a forma de pagamento das dívidas externas de Estados e Municípios — a Comissão Mista de Orçamento e Finanças do Congresso aprovou ontem, por unanimidade, o Relatório do Senador Almir Gabriel ao Projeto de Lei Orçamentária de 1989. Na última rodada de negociação, o Governo conseguiu convencer os parlamentares de que Estados e Municípios devem começar a saldar os seus débitos.

No sábado, a Comissão decidiu que o Congresso não deveria perdoar integralmente a dívida contraída por Estados e Municípios, na forma do Relatório. Por ele, 17 Estados não desembolsariam sequer um cruzado no próximo ano, contrariando a sistemática de pagamento de pelo menos 25% da dívida vencida em 1989.

Até o fim da tarde de ontem, duas propostas estavam em discussão. O Governo propôs o pagamento de 39% dos juros a vencer em 1989 mais 9% dos juros vencidos até 1988, permitindo a rolagem do restanté. Os Estados e Municípios, neste caso, pagariam CZ\$ 402 bilhões. A Comissão fez a seguinte contraproposta: os deve-

dores pagariam os juros a vencer em 1989 mais 5% dos juros vencidos até o fim de 1988, totalizando CZ\$ 234 bilhões. De acordo com o projeto original do Executivo, o pagamento seria de CZ\$ 550 bilhões, enquanto que pelo o Relatório de Almir Gabriel, ficaria em CZ\$ 70 bilhões.

O Governador de São Paulo, Orestes Quéricia, reagiu às propostas telefonando aos Deputados Cid Carvalho e Ulysses Guimarães e explicando que não pagaria nada além do total estabelecido no Relatório.

O Presidente da Comissão, Deputado Cid Carvalho, festejou a unanimidade, considerando o resultado uma demonstração de que a Comissão não quer confronto e segue unida na negociação com o Executivo. A discussão em torno da rolagem das dívidas de Estados e Municípios envolveram representantes do Ministério do Planejamento e Secretários de Fazenda dos Estados. Empenhado em achar uma fórmula de consenso para a rolagem das dívidas, Cid Carvalho se encontrou com o Deputado Ulysses Guimarães, que se comprometeu em persuadir os Governadores para que aceitem a decisão da Comissão.